



CIDADÃO

PARTICIPA

**Plataforma digital para o diálogo nacional inclusivo
em Moçambique**

Relatório Mensal

29 de Maio – 29 de Junho de 2026

1. Sumário

O presente relatório enquadra-se no âmbito do projecto “Cidadão Participa”, coordenado pelo consórcio composto pelo líder do consórcio, Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), Fundação Mecanismo de Apoio às Organizações da Sociedade Civil (MASC), Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM) e a organização Decidim de Barcelona, contando com o financiamento da Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento. O projecto surge num contexto marcado pela necessidade de fortalecer a confiança nas instituições democráticas, promover reformas de governação e ampliar os espaços de envolvimento dos cidadãos em Moçambique.

Neste sentido, a plataforma digital “Cidadão Participa” foi concebida como uma ferramenta de participação pública ao serviço do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), permitindo aos cidadãos contribuir activamente para os debates sobre reformas constitucionais, governação, descentralização, reconciliação nacional, recursos naturais, justiça, assuntos eleitorais e outros temas de interesse público.

Através desta plataforma, as contribuições dos cidadãos são recolhidas, sistematizadas e canalizadas à Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), contribuindo para que diferentes sensibilidades, perspectivas e propostas da sociedade moçambicana possam ser consideradas no processo de construção de consensos nacionais. A plataforma constitui, assim, um mecanismo complementar e permanente de auscultação pública, reforçando os mecanismos de participação para além dos encontros presenciais realizados no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo.

Após a apresentação do primeiro relatório, elaborado 30 dias após o lançamento oficial da plataforma, apresenta-se agora o segundo relatório de monitoria das contribuições submetidas pelos cidadãos no âmbito do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo. O presente documento dá continuidade ao exercício de sistematização e análise da participação registada na plataforma Cidadão Participa, reunindo as principais actividades desenvolvidas e as contribuições recolhidas entre os dias 29 de Maio e 29 de Junho de 2026. O relatório procura identificar tendências, preocupações e propos-

tas apresentadas pelos cidadãos nas diferentes áreas temáticas em consulta, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de participação pública e para o enriquecimento do processo de construção de consensos nacionais.

2. Metodologia

No âmbito do processo de consulta pública sobre as reformas estruturais em discussão no Processo do Diálogo Nacional Inclusivo, foram recolhidas, através da plataforma Cidadão Participa, contribuições submetidas pelos cidadãos por intermédio da plataforma web e do chatbot integrado ao WhatsApp. As contribuições registadas foram sistematizadas e analisadas por áreas temáticas de reforma, permitindo identificar as principais preocupações, recomendações e propostas apresentadas pelos participantes.

Durante o período em análise, o IMD prosseguiu igualmente com as actividades de divulgação, sensibilização e capacitação sobre a plataforma, procurando ampliar o conhecimento da iniciativa junto de diferentes actores da sociedade e incentivar uma participação mais activa dos cidadãos. Destacam-se as reuniões virtuais realizadas com organizações da sociedade civil, membros do Parlamento Juvenil, líderes distritais da província de Inhambane e parceiros internacionais, bem como a sessão virtual de intercâmbio promovida pela GovTech, que permitiu divulgar a experiência moçambicana junto de participantes provenientes de diferentes países.

Paralelamente, foram realizadas acções de formação sobre Governação Descentralizada dirigidas aos membros das Assembleias Provinciais do Niassa, actividades das Escolas para a Democracia na província da Zambézia e acções de divulgação durante a Feira de Serviços realizada em Cabo Delgado. Complementarmente, procedeu-se à digitalização dos contactos recolhidos em diversas actividades do IMD, tendo sido efectuados contactos telefónicos e por mensagens com centenas de cidadãos para apresentar a plataforma, prestar orientações sobre o processo de registo e incentivar a submissão de comentários e propostas.

No âmbito da divulgação da plataforma nas redes sociais, as publicações realizadas alcançaram um número significativo de utilizadores, registando mais de 27.767 pessoas alcançadas e 58.912 visualizações no Facebook, bem como 36.699 pessoas alcançadas e 96.681 visualizações no Instagram. Estes resultados demonstram o alcance das acções de disseminação realizadas e o potencial das plataformas digitais para ampliar o conhecimento sobre o Cidadão Participa junto dos cidadãos.

No total, as actividades de sensibilização e capacitação realizadas envolveram 223 participantes, provenientes de organizações da sociedade civil, representantes juvenis, líderes comunitários, membros das Assembleias Provinciais e parceiros internacionais. Os resultados evidenciam a continuidade dos esforços de mobilização desenvolvidos pelo IMD para fortalecer a divulgação da plataforma e promover uma participação mais inclusiva no Processo do Diálogo Nacional Inclusivo.

Relativamente à utilização da plataforma, durante o período compreendido entre 29 de Maio e 29 de Junho de 2026, foram registados

133 novos utilizadores, dos quais 93 através da plataforma web e 40 por meio do chatbot de WhatsApp. Foram igualmente contabilizadas 2.780 visitas à plataforma e 133 sessões via chatbot. No âmbito da consulta pública, foram registadas 22 novas contribuições distribuídas por diferentes áreas temáticas do Diálogo Nacional Inclusivo, demonstrando a continuidade da utilização da plataforma como instrumento de auscultação pública e de promoção da participação no processo de reforma.

3. Principais Contribuições dos Cidadãos para o Processo

Principais Contribuição dos Cidadãos para o Processo As contribuições abrangeram diferentes áreas de governação, incluindo defesa e segurança, justiça, economia, recursos naturais, descentralização, administração pública e reconciliação nacional. A presente sistematização resume as principais recomendações apresentadas pelos participantes, organizadas por áreas temáticas.

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
Defesa e Segurança	• Manifestação de apoio à proposta de reforma no sector da Defesa e Segurança. • Reforçar a confiança entre os cidadãos e as instituições responsáveis pela defesa e segurança. • Manter o enfoque na protecção dos direitos humanos e na construção de uma sociedade mais inclusiva e segura.	2 (2 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Assuntos Fiscais	• Não foram registadas novas contribuições durante o período em análise.	0
Recursos Naturais	• Reforçar a transparência e a responsabilização na gestão dos recursos naturais. • Garantir uma distribuição mais equitativa das receitas para as províncias e comunidades locais. • Financiar projectos de educação, saúde, infraestruturas e geração de emprego. • Promover o conteúdo local através da contratação de mão-de-obra e fornecedores nacionais • Assegurar a responsabilidade social das empresas nas zonas de exploração, incluindo a melhoria de estradas e pontes. • Promover a industrialização e o processamento local das matérias-primas. • Reforçar a capacitação da juventude e a diversificação da economia. • Fortalecer a conservação ambiental, incluindo a protecção dos mangais e o envolvimento das comunidades em acções de reflorestamento. • Reforçar a transparência e a fiscalização das leis e contratos ligados aos recursos naturais. • Rever a legislação aplicável ao sector mineiro. • Melhorar as políticas de exploração dos recursos naturais, promovendo uma gestão mais transparente, equitativa, inclusiva e sustentável. • Fortalecer a conservação ambiental, incluindo a protecção dos mangais e o envolvimento das comunidades em acções de reflorestamento. • Reforçar a transparência e a fiscalização das leis e contratos ligados aos recursos naturais.	7 (7 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Assuntos Constitucionais	• Defender a manutenção dos actuais poderes do Presidente da República, considerando o seu papel enquanto mais alto magistrado da Nação.	1 (1 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Assuntos Económicos	• Não foram registadas novas contribuições durante o período em análise.	0

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
Assuntos Eleitorais	• Reforçar a transparência e a credibilidade dos processos eleitorais. • Reformar a estrutura de administração eleitoral para garantir maior independência e imparcialidade. • Reduzir a influência político-partidária na gestão dos processos eleitorais. • Criar mecanismos que reforcem a confiança dos cidadãos nas eleições. • Promover instituições eleitorais mais autónomas, transparentes e eficazes. • Reforçar o papel da política como instrumento de transformação e desenvolvimento nacional. • Rever a legislação eleitoral para reforçar a transparência, credibilidade e justiça dos processos eleitorais. • Reforçar a transparência da contagem de votos, assegurando a participação dos intervenientes da mesa, observadores e cidadãos. • Divulgar os resultados apurados em cada mesa de voto. • Reconhecer a contagem paralela de votos como mecanismo complementar de fiscalização. • Rever a estrutura do STAE distrital. • Melhorar a transparência do processo eleitoral. • Registo de um comentário de apoio à iniciativa.	6 (4 via WhatsApp; 2 via plataforma)
Reforma da Justiça	• Não foram registadas novas contribuições durante o período em análise.	0
Administração Pública e Despartidarização	• Reforçar a meritocracia e a transparência nos concursos públicos. • Promover a digitalização dos processos de recrutamento e promoção de funcionários públicos. • Combater o nepotismo, favoritismo e corrupção na função pública. • Reforçar a ética, integridade e responsabilização institucional. • Criar mais oportunidades para jovens qualificados e valorizar o mérito profissional.	1 (1 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Descentralização e Desconcentração	• Reforçar a autonomia dos Governadores Provinciais e clarificar competências entre Governadores e Secretários de Estado. • Evitar conflitos institucionais entre os diferentes órgãos de governação local. • Promover uma descentralização efectiva orientada para o desenvolvimento local. • Aproximar a tomada de decisão das comunidades e fortalecer a governação local. • Devolver maiores competências aos Governadores Provinciais, enquanto representantes eleitos, e reduzir a duplicação de funções entre órgãos do Estado.	3 (3 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Reconciliação e Unidade Nacional	• Manifestação de apoio à iniciativa do Diálogo Nacional Inclusivo. • Reforçar o diálogo, a coesão social e a confiança entre os cidadãos e as instituições. • Promover a estabilidade e o desenvolvimento através de mecanismos de governação mais inclusivos e descentralizados.	2 (2 via WhatsApp; 0 via plataforma)

Considerações Finais

O período compreendido entre 29 de Maio e 29 de Junho de 2026 confirmou a continuidade da implementação da plataforma Cidadão Participa como um mecanismo complementar de participação cidadã no âmbito do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo. Os dados apresentados demonstram um crescimento gradual do número de utilizadores, visitas e interações, evidenciando um interesse crescente dos cidadãos e das organizações da sociedade civil em acompanhar e contribuir para o debate sobre as reformas nacionais.

As contribuições recolhidas durante o período em análise revelam que os cidadãos continuam particularmente interessados em temas relacionados com a gestão dos recursos naturais, os processos eleitorais, a governação local, a reconciliação nacional e a defesa dos direitos fundamentais. As novas contribuições reforçaram igualmente a necessidade de aperfeiçoar a legislação aplicável ao sector mineiro, promover uma gestão mais transparente, equitativa e sustentável dos recursos naturais, fortalecer a transparência e a credibilidade dos processos eleitorais, clarificar a distribuição de competências no âmbito da descentralização e reflectir sobre aspectos relacionados com a organização constitucional do Estado. De forma transversal, as propostas submetidas reforçam a importância da transparência, da inclusão, da responsabilização das instituições públicas e da participação efectiva dos cidadãos na construção de políticas públicas e de consensos nacionais.

As actividades de divulgação e capacitação realizadas pelo IMD, incluindo reuniões virtuais com organizações da sociedade civil, líderes comunitários, representantes juvenis e parceiros internacionais, contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a plataforma, fortalecer parcerias institucionais e recolher recomendações relevantes para o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de participação disponibilizados pelo projecto. Estas iniciativas evidenciam que o reforço da mobilização comunitária continua a ser um elemento essencial para expandir o alcance da plataforma e promover uma participação mais representativa.

Não obstante os progressos registados, persistem desafios relacionados com a conversão do interesse inicial em participação efectiva. O processo de registo, as limitações de acesso à internet, os baixos níveis de literacia digital em alguns contextos, a necessidade de confirmação do endereço de correio electrónico para activação da conta e o ceticismo de parte dos cidadãos quanto ao impacto das suas contribuições continuam a influenciar os níveis de adesão e de participação activa. Estes desafios demonstram que o fortalecimento da participação cidadã depende não apenas do aperfeiçoamento tecnológico da plataforma, mas também de estratégias contínuas de sensibilização, acompanhamento e reforço da confiança pública nos mecanismos de consulta.

Neste contexto, recomenda-se a continuidade das acções de divulgação, o reforço das parcerias com organizações da sociedade civil, instituições de ensino, lideranças comunitárias e órgãos de comunicação social, bem como a exploração de mecanismos complementares de participação, como soluções baseadas em USSD e outras modalidades acessíveis a cidadãos com acesso limitado às tecnologias digitais. Recomenda-se igualmente a continuação de acções de sensibilização sobre o processo de registo e confirmação da conta, de modo a reduzir o número de utilizadores que iniciam o registo, mas não concluem a activação da plataforma.

Em suma, os resultados deste período confirmam o potencial da plataforma Cidadão Participa como um instrumento inovador de participação pública e de aproximação entre os cidadãos e o Processo do Diálogo Nacional Inclusivo. A consolidação desta iniciativa dependerá da continuidade dos esforços de mobilização, da melhoria permanente da experiência dos utilizadores e da demonstração de que as contribuições dos cidadãos são efectivamente consideradas no processo de formulação das reformas, fortalecendo, deste modo, a confiança nas instituições democráticas e a construção de um diálogo nacional cada vez mais inclusivo.



CIDADÃO

PARTICIPA

Financiado por:



Implementadores:



IMD-Instituto para Democracia Multipartidária

Av. Lucas Elias Kumato nº 61, Bairro da Sommershield, Maputo-Moçambique
Escritório: + 258 84 306 6565 | imd.org.mz | www.imd.org.mz